

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	64
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	67
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	657.300.291
Preferenciais	0
Total	657.300.291
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	2.899.382	2.549.860	2.131.079
1.01	Ativo Circulante	49.954	49.110	45.305
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.197	17.981	12.944
1.01.03	Contas a Receber	25.925	21.898	17.422
1.01.03.01	Clientes	25.878	21.898	17.379
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	47	0	43
1.01.03.02.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	47	0	43
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.171	5.804	10.569
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.171	5.804	10.569
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.479	3.301	3.649
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	182	126	721
1.01.08.03	Outros	182	126	721
1.02	Ativo Não Circulante	2.849.428	2.500.750	2.085.774
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.894	43.038	39.217
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	37.870	37.630	34.982
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Restrita	37.870	37.630	34.982
1.02.01.03	Contas a Receber	0	1.292	3.501
1.02.01.03.01	Clientes	0	1.292	3.501
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.952	4.115	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	72	1	734
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	72	1	734
1.02.03	Imobilizado	3.022	3.353	3.155
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.022	3.353	3.155
1.02.04	Intangível	2.800.413	2.446.746	2.032.276
1.02.04.01	Intangíveis	2.800.413	2.446.746	2.032.276
1.02.05	Diferido	4.099	7.613	11.126

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	2.899.382	2.549.860	2.131.079
2.01	Passivo Circulante	193.562	530.471	167.527
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.267	6.891	6.718
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.267	6.891	6.718
2.01.02	Fornecedores	29.513	55.594	27.915
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	29.513	55.594	27.915
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.323	16.332	4.119
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.408	13.044	2.090
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.408	13.044	2.090
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.915	3.288	2.029
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.848	92.136	80.761
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	106.848	92.136	80.761
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	106.848	92.136	80.761
2.01.05	Outras Obrigações	21.852	331.158	38.485
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.177	309.792	21.491
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.093	309.166	21.423
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	84	626	68
2.01.05.02	Outros	20.675	21.366	16.994
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	3.052	0	0
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	15.561	17.948	14.445
2.01.05.02.05	Verba de Fiscalização	1.257	1.180	1.072
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	805	2.238	111
2.01.05.02.07	Adiantamento de Seguros	0	0	1.366
2.01.06	Provisões	21.759	28.360	9.529
2.01.06.02	Outras Provisões	21.759	28.360	9.529
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	20.360	26.961	0
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos	1.399	1.399	9.529
2.02	Passivo Não Circulante	1.174.175	1.086.042	1.400.917
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	681.166	765.960	838.719

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	681.166	765.960	838.719
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	681.166	765.960	838.719
2.02.02	Outras Obrigações	376.946	204.721	435.594
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	362.169	204.721	432.770
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	362.169	204.721	432.770
2.02.02.02	Outros	14.777	0	2.824
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	14.777	0	0
2.02.02.02.04	Outros	0	0	2.824
2.02.03	Tributos Diferidos	49.764	52.224	62.009
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	49.764	52.224	62.009
2.02.04	Provisões	66.299	63.137	64.595
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.266	5.685	1.315
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.311	1.088	882
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.444	709	433
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	4.511	3.888	0
2.02.04.02	Outras Provisões	58.033	57.452	63.280
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	58.033	57.452	63.280
2.03	Patrimônio Líquido	1.531.645	933.347	562.635
2.03.01	Capital Social Realizado	1.376.285	787.785	413.785
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.420.785	861.785	413.785
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-44.500	-74.000	0
2.03.04	Reservas de Lucros	155.360	145.562	148.850
2.03.04.01	Reserva Legal	10.530	9.887	9.887
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	144.830	135.675	138.963

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	772.186	712.516	669.640
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-653.317	-621.184	-596.580
3.03	Resultado Bruto	118.869	91.332	73.060
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.323	-27.163	-22.843
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.861	-28.768	-24.013
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-28.979	-26.819	-22.187
3.04.02.02	Honorários da Administração	-1.882	-1.949	-1.826
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	538	1.605	1.352
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-182
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	88.546	64.169	50.217
3.06	Resultado Financeiro	-68.819	-69.311	-67.671
3.06.01	Receitas Financeiras	5.067	8.105	7.194
3.06.02	Despesas Financeiras	-73.886	-77.416	-74.865
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.727	-5.142	-17.454
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.877	1.854	5.911
3.08.01	Corrente	-9.337	-7.931	-4.437
3.08.02	Diferido	2.460	9.785	10.348
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.850	-3.288	-11.543
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.850	-3.288	-11.543
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,02520	-0,01071	-0,04977
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,02520	-0,01071	-0,04977

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	12.850	-3.288	-11.543
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.850	-3.288	-11.543

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	145.207	80.016	41.425
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	224.418	166.213	132.684
6.01.01.01	Lucro Líquido(Prejuízo) do Exercício	12.850	-3.288	-11.543
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	117.420	84.413	73.439
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	0	100	1.446
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.460	-9.785	-10.348
6.01.01.06	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-3.519	-4.778	-4.070
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre mútuos	23.741	27.372	25.229
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	43.827	46.816	44.761
6.01.01.10	Despesa / (receita) financeira dos ajustes a valor presente	5.033	1.833	3.509
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórias	5.958	6.831	-327
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	21.568	16.699	10.588
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-81.438	-85.234	-87.713
6.01.02.01	Contas a receber	-3.853	-4.007	-1.642
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-47	43	-34
6.01.02.03	Impostos a recuperar	2.930	-5.138	-4.453
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-71	733	-86
6.01.02.06	Fornecedores	-9.926	-3.027	6.162
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	937	73	123
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-597	581	-233
6.01.02.09	Obrigações sociais	376	173	837
6.01.02.10	Obrigações fiscais	7.371	2.997	1.754
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-9.203	-5.861	-7.963
6.01.02.14	Sinistros Recebidos	0	-1.366	-1.264
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-1.174	2.418	17
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	0	0	70
6.01.02.18	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórias	-3.377	-2.461	-217
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	0	0	-76
6.01.02.20	Pagamento de juros	-64.804	-70.392	-80.708

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.03	Outros	2.227	-963	-3.546
6.01.03.01	Estoques	0	0	1.336
6.01.03.02	Despesas antecipadas	985	-3.767	-881
6.01.03.04	Outros créditos	-50	595	-500
6.01.03.05	Outras contas a receber	1.292	2.209	-3.501
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-456.659	-374.990	-421.536
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-132	-785	-666
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-457.509	-375.683	-418.357
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-1.806	-1.779	-6.687
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	2.788	3.257	4.174
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	309.668	300.011	330.225
6.03.01	Captações de empréstimos	0	0	134.543
6.03.02	Risco Sacado	6.930	4.250	0
6.03.03	Pagamentos de empréstimos - principal	-85.762	-78.239	-66.734
6.03.05	Pagamento de debêntures - principal	0	0	-39.400
6.03.07	Captações de empréstimos - empresas ligadas	0	0	284.777
6.03.08	Pagamentos de principal - empresas ligadas	0	0	-33.697
6.03.12	Pagamentos de dividendos	0	0	-4.264
6.03.14	Aumento de Capital	388.500	374.000	55.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.784	5.037	-49.886
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.981	12.944	62.830
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.197	17.981	12.944

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	787.785	0	145.562	0	0	933.347
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	787.785	0	145.562	0	0	933.347
5.04	Transações de Capital com os Sócios	588.500	0	0	0	0	588.500
5.04.01	Aumentos de Capital	633.000	0	0	0	0	633.000
5.04.08	(-) Capital a Integralizar	-44.500	0	0	0	0	-44.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.850	0	12.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.850	0	12.850
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.798	-12.850	0	-3.052
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	643	-643	0	0
5.06.05	Dividendos Propostos	0	0	0	-3.052	0	-3.052
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	9.155	-9.155	0	0
5.07	Saldos Finais	1.376.285	0	155.360	0	0	1.531.645

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	413.785	0	148.850	0	0	562.635
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	413.785	0	148.850	0	0	562.635
5.04	Transações de Capital com os Sócios	374.000	0	0	0	0	374.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	374.000	0	0	0	0	374.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.288	0	-3.288
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.288	0	-3.288
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-3.288	3.288	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	-3.288	3.288	0	0
5.07	Saldos Finais	787.785	0	145.562	0	0	933.347

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	358.785	0	160.393	0	0	519.178
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	358.785	0	160.393	0	0	519.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	55.000	0	0	0	0	55.000
5.04.01	Aumentos de Capital	55.000	0	0	0	0	55.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.543	0	-11.543
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.543	0	-11.543
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-11.543	11.543	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	-11.543	11.543	0	0
5.07	Saldos Finais	413.785	0	148.850	0	0	562.635

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	808.824	743.632	695.991
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	398.551	317.348	267.866
7.01.02	Outras Receitas	410.273	426.284	428.125
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	403.991	418.532	414.691
7.01.02.02	Outras	6.282	7.752	13.434
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-530.521	-532.790	-513.337
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-55.143	-51.050	-52.870
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.046	-15.346	-5.148
7.02.04	Outros	-458.332	-466.394	-455.319
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-403.991	-418.532	-414.691
7.02.04.04	Custo da Concessão	-22.056	-20.722	-19.477
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-21.568	-16.699	-10.588
7.02.04.06	Outros	-10.717	-10.441	-10.563
7.03	Valor Adicionado Bruto	278.303	210.842	182.654
7.04	Retenções	-117.420	-84.413	-73.439
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-117.420	-84.413	-73.439
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	160.883	126.429	109.215
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	69.532	87.097	56.065
7.06.02	Receitas Financeiras	5.067	8.105	7.194
7.06.03	Outros	64.465	78.992	48.871
7.06.03.02	Juros Capitalizados	64.465	78.992	47.519
7.06.03.03	Outros	0	0	1.352
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	230.415	213.526	165.280
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	230.415	213.526	165.280
7.08.01	Pessoal	35.583	32.476	33.560
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.732	24.291	25.893
7.08.01.02	Benefícios	7.078	6.479	6.037
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.773	1.706	1.630
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	43.180	27.666	19.224

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.02.01	Federais	22.993	11.518	5.303
7.08.02.02	Estaduais	1	6	0
7.08.02.03	Municipais	20.186	16.142	13.921
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	80.102	86.306	81.077
7.08.03.01	Juros	43.827	46.835	44.761
7.08.03.02	Aluguéis	1.469	1.348	1.658
7.08.03.03	Outras	34.806	38.123	34.658
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	29.506	35.998	29.786
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	0	0	1.363
7.08.03.03.03	Outras	5.300	2.125	3.509
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.850	-3.288	-11.543
7.08.04.02	Dividendos	3.052	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.798	-3.288	-11.543
7.08.05	Outros	58.700	70.366	42.962
7.08.05.01	Juros - Mútuos	23.741	27.372	25.229
7.08.05.02	Juros Capitalizados - Mútuos	34.959	42.994	17.733

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Companhia” ou “Autopista Régis Bittencourt”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pelos 401,6 quilômetros da rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR), passando pelos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, São Lourenço, Juquitiba, Miracatu, Juquiá, Registro, Pariquera-açu, Jacupiranga, Cajati e Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, e Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Antonina, Colombo e Curitiba, no Estado do Paraná, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 15 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Relatório da Administração

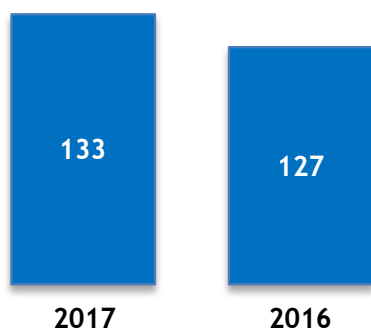
Atualmente, a Companhia opera seis praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária concedida, com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
São Lourenço da Serra - SP	BR 116 km 298+790	3,10
Miracatu - SP	BR 116 km 370+400	3,10
Juquiá - SP	BR 116 km 426+600	3,10
Cajati - SP	BR 116 km 485+700	3,10
Barra do Turvo - SP	BR 116 km 542+900	3,10
Campina Grande do Sul - PR	BR 116 km 057+095	3,10

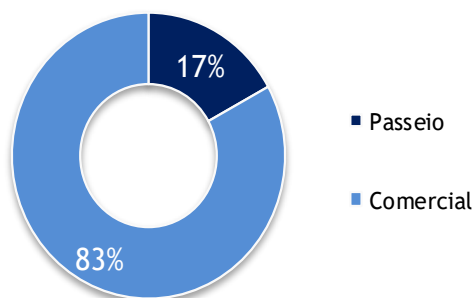
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**Tráfego**

O tráfego pedagiado totalizou 132,8 milhões de veículos equivalentes em 2017, 4,8% superior quando comparado ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego
Ano 2017



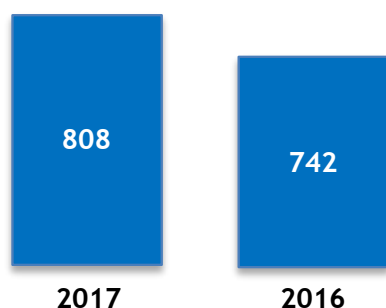
Relatório da Administração



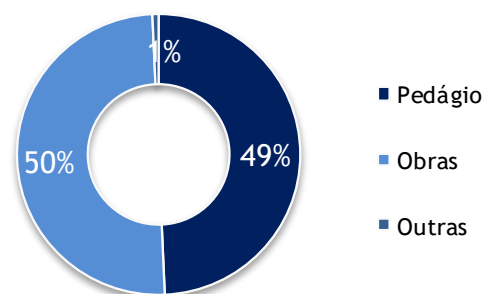
Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$808 milhões em 2017, apresentando um aumento de 8,9% em relação aos R\$742 milhões registrados em 2016.

Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2017



A receita de pedágio aumentou 25,6%, passando de R\$317,3 milhões em 2016 para R\$398,5 milhões em 2017. Esse acréscimo é devido pelo aumento do tráfego e pelo reajuste de 20% da tarifa de pedágio de R\$ 2,50 para R\$ 3,00 ocorrido em 29 de dezembro de 2016.

Já a receita de obras registrou uma redução de R\$14,5 milhões, passando de R\$418,5 milhões em 2016 para R\$404 milhões em 2017.

No ano de 2017, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$772,2 milhões, um crescimento de 8,4% (R\$59,7 milhões) em relação à 2016. Isso se deve basicamente ao aumento nas receitas de pedágio conforme informado anteriormente.

Relatório da Administração**Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)**

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)			
R\$ milhões	2017	2016	Var.
Custo dos serviços de construção	(404,0)	(418,5)	-3,5%
Custos dos serviços prestados	(47,7)	(44,6)	6,9%
Despesas com pessoal	(33,7)	(30,5)	10,4%
Provisão p/manutenção em rodovias	(21,6)	(16,7)	29,2%
Conservação	(18,5)	(16,3)	13,6%
Verba Fiscalização	(15,1)	(14,1)	6,9%
Seguro Garantia	(4,3)	(3,9)	10,0%
Remuneração da administração	(1,9)	(1,9)	0,0%
Consumo	(4,5)	(4,5)	0,0%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(15,1)	(12,9)	17,0%
Custos e despesas	(566,2)	(563,9)	0,4%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) registraram um aumento de apenas 0,4% em 2017 em comparação ao exercício de 2016. Essa variação é explicada pela combinação dos custos e despesas abaixo relacionados:

- Custo dos Serviços de Construção: redução de 3,5% devido ao menor volume de obras executadas, uma vez que grande parte dos serviços já foi concluído;
- Despesas com pessoal: aumento de 10,4% devido ao dissídio coletivo, adicionado mudança da operadora do plano de saúde dos colaboradores, onde com essa substituição a concessionária passou a ter um custo maior, porém a nível grupo Arteris, houve ganho financeiro e de eficiência;
- Provisão p/manutenção em rodovias: aumento de R\$4,9 milhões devido às previsões de execução de manutenção conforme o contrato de concessão;

Relatório da Administração



- Conservação: aumento de 13,6%, principalmente pelo aumento nos serviços de conserva de revestimento vegetal, motivados pelos fatores climáticos favoráveis ao crescimento da vegetação, adicionado também a nova modalidade de contratação através de performance;
- Outros: aumento de R\$2,2 milhões em decorrência principalmente de Autos de Infração ao Ibama, referente a Serra do Cafezal, adicionado a correção monetária das provisões de riscos regulatórios, resultantes de autos de infração por parte da ANTT.

EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA			
R\$ milhões	2017	2016	Var.
Receita líquida	772,2	712,5	8,4%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(566,2)	(563,9)	0,4%
EBITDA ¹	206,0	148,6	38,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	21,6	16,7	29,2%
EBITDA Ajustado ²	227,5	165,3	37,7%

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2 EBITDA Ajustado: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Relatório da Administração



O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2017 em R\$227,5 milhões, aumento de 37,7% em relação ao ano anterior. Esse aumento é derivado principalmente pelo aumento das receitas e pela manutenção dos custos e despesas no período.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro			
R\$ milhões	2017	2016	Var.
Receitas Financeiras	5,1	8,1	-37,5%
Despesas Financeiras	(73,9)	(77,4)	-4,6%
Resultado Financeiro Líquido	(68,8)	(69,3)	-0,7%

Em 2017, a Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$68,8 milhões, uma melhora de 0,7% relação ao ano de 2016.

As receitas financeiras totalizaram R\$5,1 milhões em 2017, uma redução de R\$3 milhões em relação à 2016. A redução está diretamente relacionada ao reconhecimento de receita financeira mediante a atualização monetária de parcelas de períodos anteriores de contrato de receita acessória, adicionado também à atualização de créditos fiscais ocorridos em 2016 e não se repetindo em 2017, aliado a redução dos valores disponibilizados pela concessionária para aplicações financeiras.

As despesas financeiras apresentaram redução de R\$3,5 milhões (-4,6%) em relação à 2016. Isso se deve à diminuição das taxas de juros que incidem sobre os financiamentos e à menor dívida bruta média ao longo de 2017.

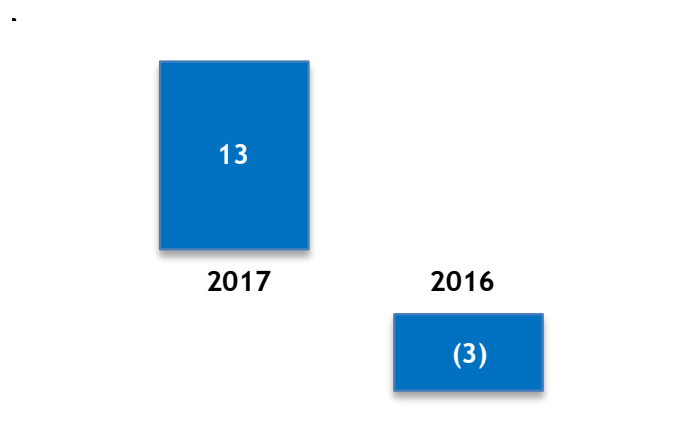
Lucro / Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2017 com lucro líquido de R\$12,8 milhões, um aumento de mais de R\$16 milhões frente ao prejuízo de R\$3,3 milhões registrado no exercício de 2016.

Essa melhora deriva principalmente da retomada do tráfego e do robusto incremento da tarifa.

Relatório da Administração

Lucro / Prejuízo Líquido
(R\$ milhões)

**Endividamento****Endividamento**

R\$ milhões	2017	2016	Var.
Dívida Bruta	(788,0)	(858,1)	-8,2%
Curto Prazo	(106,8)	(92,1)	16,0%
Longo Prazo	(681,2)	(766,0)	-11,1%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	54,1	55,6	-2,8%
Dívida Líquida	(733,9)	(802,5)	-8,5%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento bruto totalizou R\$788 milhões, apresentando uma redução de R\$70,1 milhões (-8,2%) em relação ao ano anterior. A redução do endividamento é resultado principalmente dos pagamentos efetuados das parcelas dos empréstimos de Longo Prazo junto ao BNDES.

Relatório da Administração



O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2017 em R\$733,9 milhões, apresentando uma queda de R\$68,5 milhões em relação ao montante de R\$802,5 milhões registrado no encerramento do exercício de 2016. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 3,2x, enquanto que ao final do exercício anterior esta relação era de 4,9x.

DIVIDENDOS

Em 2017, a Companhia efetuou a constituição de dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, totalizando R\$3 milhões.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$457,6 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, dentre os quais vale destacar: (i) R\$220 milhões em melhoramentos da rodovia com a implantação de trevos em desnível, unidades de dispositivos de interseção e ampliação da capacidade com a duplicação da Serra do Cafezal; (ii) R\$198,8 milhões com manutenção da rodovia, destacando-se R\$152 milhões gastos com pavimento, R\$18,2 milhões com elementos de proteção e segurança, R\$9 milhões com terraplenos e estruturas de contenção e R\$6,9 milhões em sistemas de drenagem e obras-de-arte correntes; (iii) R\$3,4 milhões desembolsados com elaboração de projetos e desapropriações.

CONCLUSÃO DE OBRAS

A Duplicação da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária foi concluída em 19/12/2017 com início da operação nos seus 30,5 quilômetros, contemplando a construção de 4 túneis e 39 pontes e viadutos.

Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão de 1 Trevo em Desnível no km 297+600 no município de Itapecerica da Serra/SP, 4 Passarelas sobre pista dupla e 1,4 quilômetro de Rua Lateral no município de Campina Grande do Sul/PR

Relatório da Administração**RECURSOS HUMANOS**

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2017	2016
Empregos diretos	597	601
Rotatividade	1,68%	1,78%

No que concerne à diversidade, a Autopista Régis Bittencourt apresenta uma participação majoritária de 57,3% de mulheres, contra 42,7% de homens. A média de idade está concentrada em 36 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 71,5% dos profissionais. Vale mencionar que 19% possuem superior completo.

Ao longo de 2017, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 24.410 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 40,9 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**Sustentabilidade**

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio é reflexo do respeito às pessoas, aos recursos e ao meio ambiente - condições essenciais para que a sua missão de atuar de forma relevante para o desenvolvimento da infraestrutura do País se concretize de forma perene e com benefícios para o público.

A Arteris possui ações em seis áreas:

Relatório da Administração



Segurança

Ano a ano, a Arteris investe em obras de ampliação, melhoria e conservação das rodovias sob sua administração, estabelecidas nos contratos de concessão para assegurar aos usuários vias cada vez mais modernas e seguras.

As ações de engenharia não são as únicas em curso para que as rodovias sejam mais seguras. Programas de sensibilização, conscientização e educação para um trânsito mais seguro têm se mostrado fundamentais, tanto que os acidentes fatais nas rodovias administradas pela companhia já foram reduzidos em 36% na atual década. A meta é reduzir ainda mais: 50% do total de acidentes nas rodovias sob concessão no período 2011-2020.

Entre as ações mais relevantes dessa estratégia estão o Grupo Estratégico de Redução de Acidentes, as parcerias com órgãos públicos e privados, como é o caso do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito e a construção de espaços permanentes de diálogos com diferentes grupos em torno do tema, como aqueles que acontecem durante o Mês de Segurança no Trânsito e a realização do Fórum Arteris de Segurança.

No Grupo Estratégico de Redução de Acidentes (GERAR), a Arteris realiza estudos e planos de ação para zerar o número de acidentes no ambiente de trabalho e reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias administradas pelo Grupo. Junto ao Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, apoia a realização de iniciativas de segurança viária em diversas frentes, especialmente disseminando mensagens de segurança por meio de campanhas. No Mês da Segurança Arteris, promove ação de conscientização pioneira no setor de concessões de rodovias. No Fórum Arteris de Segurança, o Grupo tem a oportunidade ímpar de reunir especialistas para compartilhar e trocar experiências na busca de soluções inovadoras para a questão da segurança viária no Brasil e no mundo.

Educação

A educação e a humanização do trânsito são prioridades na atuação da Arteris. Pensando nisso, a companhia criou o Projeto Escola, que, há 16 anos, desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação relacionadas à segurança no trânsito. Os números do programa chamam atenção: 287 mil alunos, 16,3 mil professores, 590 escolas públicas e unidades da Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), 138 municípios e 5 estados.

Relatório da Administração



Além do Projeto Escola, a Arteris também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança nas comunidades lindeiras como o Viva Pedestre e o Passarela Viva, que conscientizam os pedestres sobre a importância de circular com segurança, atravessar a rua olhando para os dois lados e utilizar corretamente as passarelas e calçadas construídas na faixa de domínio das rodovias.

Assim como os pedestres, os ciclistas também recebem atenção especial nas campanhas de conscientização realizadas pelas concessionárias da Arteris. Por meio do programa Viva Ciclista, o Grupo promove ações educativas com foco na conscientização para prevenção de acidentes.

O Viva Motociclista também promove ações para os usuários de moto nas rodovias administradas pelo Grupo. Entre os serviços prestados estão ações práticas de segurança que muitas vezes ficam negligenciadas, como a limpeza dos capacetes e a cristalização das viseiras.

A companhia também criou o Tô de Cinto, Tô Seguro, por meio do qual conscientiza usuários de transporte público sobre a necessidade do uso do cinto em todas as viagens.

Já o Viva Seguro leva para empresas, escolas e organizações dos municípios da área de abrangência os conhecimentos internos do Grupo sobre segurança no trânsito.

O Viva Comunidade amplia o alcance dos programas sociais da companhia e reforça valores da educação no trânsito e da atitude cidadã. O projeto leva os programas sociais já desenvolvidos pelo Grupo para além dos limites da rodovia.

Saúde

Comprometida com a segurança e o bem-estar dos usuários das rodovias que administra, a Arteris realiza a campanha Saúde na Boleia, que possibilita o acesso gratuito a exames médicos, vacinação, palestras e conscientização em saúde. Com uma abordagem preventiva, que estimula a realização de exames, o Programa já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros.

Meio Ambiente

Comprometida com os cuidados com o meio ambiente, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas e plantio de mudas de vegetação nativa. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual o Grupo acompanha a execução das ações nesta

Relatório da Administração



área. A companhia ainda faz reciclagem de lixo e possui convênios com universidades para o controle da fauna.

Além disso, a Arteris criou projetos de educação ambiental para incentivar ainda mais a consciência e responsabilidade com o planeta. O programa Viva Meio Ambiente, por exemplo, leva educação ambiental para escolas públicas e unidades da Apae (Associação dos Pais e Amigos de Excepcionais) da área de concessão. Criado em 2009, o Projeto é aplicado em 590 instituições, pertencentes a 138 municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Projetos culturais, sociais e esportivos

intermédio do incentivo fiscal. Nessas oportunidades, a Arteris promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades estabelecidas em cidades lindeiras às rodovias.

As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis já foram contempladas por grandes exposições, como Salvador Dalí, Joan Miró, Pablo Picasso e Antoni Gaudí patrocinadas pelo Grupo. Além da Escola de Teatro Bolshoi, Projeto Guri, Festival ChorandoSemParar, Natal Luz de Lages (SC), Projeto Kimono de Ouro de Araras (SP), Projeto Amparo (Idosos), GRAAC, AACD, Fundação Dorina Nowill e Hospital de Câncer de Barretos.

Voluntariado

O Programa Voluntários oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de participar de ações voluntárias, aumentando a prática da cidadania e o compromisso com os valores da companhia, agregando, assim, valor ao negócio. O Programa direciona os colaboradores do Grupo com o objetivo de construir uma rede cada vez mais ampla de pessoas engajadas socialmente, movidas pelo sentimento colaborativo, promovendo o melhor relacionamento entre os profissionais, comunidade e companhia.

As iniciativas são definidas de acordo com as necessidades locais. Podem envolver, por exemplo, entretenimento e diversão para crianças hospitalizadas, projetos de melhoria dos espaços de atendimento ou de criação de jardins, eventos de convivência social, doação de sangue, entre outros.

O Programa Lacre Amigo Arteris é uma dessas iniciativas, na qual colaboradores, familiares, usuários das rodovias, instituições e empresas parceiras atuam no recolhimento de lacres de latinhas de

Relatório da Administração



alumínio que viram “moeda de troca” para possibilitar a doação de cadeiras de rodas a diversas instituições. Desde 2011, o projeto já entregou mais de 350 cadeiras de rodas.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Companhia, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos auditores da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da Companhia, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Relatório da Administração

Registro, 20 de fevereiro de 2018.

Diretoria

Nelson Segnini Bossolan

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico e Financeiro/

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Eneo Palazzi

Conselheiro

Linomar Barros Deroldo

Conselheiro

Juan Gabriel Lopez Moreno

Conselheiro

Angelo Luiz Lodi

Conselheiro

Contador

Danilo Iankovski

CRC SC-027138/O-0

Notas Explicativas

***Autopista Régis Bittencourt
S.A.***

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas Bittencourt S.A.**AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$143.608 (R\$481.361 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2018.

2. CONCESSÕES

A Autopista Régis Bittencourt S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

A Sociedade está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 30 km de terceira faixa.
- 55 km de vias laterais.
- 26,4 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436. A partir de 31 de dezembro de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$127.243 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Notas Explicativas

- Autopista Regis Bittencourt S.A.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
 - (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
 - (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
 - (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
 - (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
 - (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$684.218 (R\$904.557 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$392.231 (R\$518.741 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2017 estas obras estão estimadas em R\$166.706.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta - TAC, com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente a R\$29.000 em novas obras que já estão em andamento não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras estão concluídas ou em andamento, seja na fase de projetos ou de obras iniciais.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem contas a receber (nota explicativa nº 6) e contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 14).

Ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados, no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem as aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 8)

Notas Explicativas

Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12).

Outros passivos financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem saldos a pagar de fornecedores nacionais.

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

b) Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.4 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão ou pela vida útil (dos dois o menor), a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.5 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.7 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas

Autopista Regis Bittencourt S.A.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

a) Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

b) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

c) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.10 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.11 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na

Notas Explicativas Bittencourt S.A.

rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

IFRSs novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação na IAS 39 sobre o <i>impairment</i> de ativos financeiros e contabilização de hedge continua aplicável
IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 15 substitui a IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 (CPC 30 (R1)), IAS 11 (CPC 17 (R1)), IFRIC 15 (ICPC 02) e IFRIC 18 (ICPC 11). A IFRS 15 especifica como e quando uma entidade reconhecerá receitas decorrentes de contratos e relacionamentos com clientes e exige que essas entidades forneçam divulgações mais detalhadas e relevantes para os usuários das demonstrações financeiras. Essa norma estabelece em um único documento princípios de reconhecimento aplicável a todos os tipos de receitas de contratos e/ou relacionamento com os clientes.
IFRS 16 - Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes Norma e Interpretações quando estiver em vigor: <ul style="list-style-type: none"> - IAS 17 Arrendamentos; - IFRIC 4 Determinação se um Acordo contém Arrendamento; - SIC-15 Arrendamentos Operacionais – Incentivos; e - SIC-27 Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 2 Classificação e Mensuração de Transações de Pagamento Baseado em Ações (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	<p>As alterações esclarecem o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ao estimar o valor justo de um pagamento baseado em ações liquidado à vista, a contabilização dos efeitos das condições de aquisição e de não aquisição de direito devem seguir a mesma abordagem de pagamentos baseados em ações liquidados em ações. 2. Se uma lei ou regulamento fiscal requer que uma entidade retenha um número específico de instrumentos de patrimônio igual ao valor monetário da obrigação fiscal do funcionário para atender ao passivo fiscal do funcionário que é remetido para a autoridade fiscal (normalmente em dinheiro), ou seja, o acordo de pagamento baseado em ações tem uma "característica de liquidação pelo valor líquido", esse acordo deve ser totalmente classificado como um pagamento liquidado em ações, desde que o pagamento baseado em ações tenha sido classificado como liquidado em ações, mas não incluído na característica de liquidação pelo valor líquido. 3. Uma modificação de um pagamento baseado em ações que muda a transação de liquidada à vista para liquidada em ações deve ser contabilizada da seguinte forma: <ol style="list-style-type: none"> (i) o passivo original é baixado; (ii) o pagamento baseado em ações e liquidado em ações é reconhecido ao valor justo do instrumento de patrimônio na data da modificação, na medida em que os serviços tenham sido executados até a data de modificação; e (iii) qualquer diferença entre o valor contábil do passivo na data da modificação e o valor reconhecido no patrimônio líquido deve ser imediatamente reconhecido no resultado.
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)	As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto. IAS 28 e IFRS 10

A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IFRS 16, em que a Sociedade entende que o maior impacto produzido por essa norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a rodovias e a alugueis de edifícios e equipamentos, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Sociedade está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

Notas Explicativas Bittencourt S.A.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	3.451	2.620
Aplicações financeiras (*)	<u>12.746</u>	<u>15.361</u>
Total	<u><u>16.197</u></u>	<u><u>17.981</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,13% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (a)	19.799	14.959	-
Cupons de pedágio a receber	1.487	1.125	-
Cartões de pedágio a receber	462	387	-
Receitas acessórias a receber (b)	<u>4.130</u>	<u>5.427</u>	<u>1.292</u>
Total	<u><u>25.878</u></u>	<u><u>21.898</u></u>	<u><u>1.292</u></u>

(a) Conforme nota explicativa nº 24 c.

(b) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que pode ocorrer em um período maior conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	19.727	(5.142)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(6.707)	1.748
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(170)	106
Total	<u>(6.877)</u>	<u>1.854</u>
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(9.337)	(7.931)
Diferido	2.460	9.785
	<u>(6.877)</u>	<u>1.854</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

Notas Explicativas

<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	29.012	37.040
Provisão de participação nos lucros	2.894	2.681
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	8.266	5.685
Outras provisões	1.000	26
Provisão para manutenção de rodovias	78.393	84.413
Amortização acumulada de obras futuras	172	86
Ajuste dos encargos financeiros (receitas acessórias)	103	230
Ajuste dos encargos financeiros risco sacado	39	-
Estorno de capitalização de juros	34	34
Base de cálculo ativa	119.913	130.195
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>40.770</u>	<u>44.266</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	52.552	35.034
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Base de cálculo passiva	(266.277)	(283.795)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(90.534)</u>	<u>(96.490)</u>
Base de cálculo	<u>(146.364)</u>	<u>(153.600)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(49.764)</u>	<u>(52.224)</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2018	8.204
2019	6.832
2020	6.832
2021	6.832
Após 2022	12.070
	<u>40.770</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$37.870 (R\$37.630 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 99,41% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2015	953	957	217	1.175	2.154	5.456
Adições	11	-	433	-	341	785
Alienações/baixas	-	-	(98)	-	-	(98)
Saldo em 31.12.2016	964	957	552	1.175	2.495	6.143
Adições	-	13	112	-	7	132
Transferências/Reclassificações	-	-	112	-	26	138
Saldo em 31.12.2017	964	970	776	1.175	2.528	6.413
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(494)	(669)	(199)	(132)	(807)	(2.301)
Depreciações	(95)	(94)	(25)	(112)	(247)	(573)
Alienações/baixas	-	-	84	-	-	84
Saldo em 31.12.2016	(589)	(763)	(140)	(244)	(1.054)	(2.790)
Depreciações	(97)	(77)	(61)	(112)	(254)	(601)
Saldo em 31.12.2017	(686)	(840)	(201)	(356)	(1.308)	(3.391)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2016	375	194	412	931	1.441	3.353
Saldo em 31.12.2017	278	130	575	819	1.220	3.022
Taxas de depreciação - a. a.	10%	20%	20%	4%	10%	

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.452.514	1.675	775.808	-	2.229.997
Adições	164.452	318	321.903	8.210	494.883
Transferências/Reclassificações	255.942	-	(250.534)	(5.408)	-
Alienações/baixas	(104)	-	(6)	-	(110)
Saldo em 31.12.2016	1.872.804	1.993	847.171	2.802	2.724.770
Adições	166.216	268	298.564	2.062	467.110
Transferências/Reclassificações	996.894	473	(993.341)	(4.164)	(138)
Saldo em 31.12.2017	3.035.914	2.734	152.394	700	3.191.742
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(196.705)	(1.016)	-	-	(197.721)
Amortizações	(80.075)	(252)	-	-	(80.327)
Alienações/baixas	24	-	-	-	24
Saldo em 31.12.2016	(276.756)	(1.268)	-	-	(278.024)
Amortizações	(113.079)	(226)	-	-	(113.305)
Saldo em 31.12.2017	(389.835)	(1.494)	-	-	(391.329)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.596.048	725	847.171	2.802	2.446.746
Saldo em 31.12.2017	2.646.079	1.240	152.394	700	2.800.413
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como principal construção a duplicação da Serra do Cafezal, a qual foi transferida para intangível em serviços em dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$64.465 (R\$78.992 em 31 de dezembro de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2017 foi de 5,39% a.a. (6,20% a.a. em 2016).

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101
Depreciações e amortizações	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	(124)	(124)
	<u>35.338</u>	<u>35.338</u>
Amortização acumulada	<u>(31.239)</u>	<u>(27.725)</u>
	<u>4.099</u>	<u>7.613</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	95.811	682.239	88.069	767.216
Risco sacado (b)	11.220	-	4.250	-
	<u>107.031</u>	<u>682.239</u>	<u>92.319</u>	<u>767.216</u>
Custo de transação	(183)	(1.073)	(183)	(1.256)
	<u>106.848</u>	<u>681.166</u>	<u>92.136</u>	<u>765.960</u>

Notas Explicativas

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2017	31.12.2016
(a)	Real	BNDES	TJLP+2,21% a.a.	dez/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	778.050	855.285
(b)	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	11.220	4.250
						<u>789.270</u>	<u>859.535</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$11.220 (R\$4.250 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	100.914
2020	109.199
2021	118.164
2022	127.866
A partir de 2023	<u>226.096</u>
	<u>682.239</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$29.513 (R\$55.594 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$15.561 (R\$17.948 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas**14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	43	-
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Intervias S.A. (a)	4	-
Total	<u>47</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (c)	-	307.552
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	1.093	1.614
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	84	626
<u>Controladora</u>		
Dividendos propostos:		
Arteris S.A. (c)	3.052	-
Total	<u>4.229</u>	<u>309.792</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	23.426	204.721
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	338.743	-
Total	<u>362.169</u>	<u>204.721</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	31.12.2017			31.12.2016		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(58.700)	(8.279)	-	(70.366)	(7.007)
Juros Capitalizados (*)	-	34.959	-	-	42.994	-
Outras partes relacionadas						
Planalto Sul S.A.	-	-	(1)	-	-	(1)
Fluminense S.A.	-	-	(1)	-	-	(3)
Litoral Sul S.A.	-	-	-	-	-	(55)
Latina Manutenção de Rodovias	(118)	-	-	(811)	-	-
Total	(118)	(23.741)	(8.281)	(811)	(27.372)	(7.066)

(*) Refêrem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da “Holding”, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- c) Decorrentes da 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a emissões de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, celebrados com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do “spread” de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e dos juros da 2^a emissão em 27 de abril de 2019, da 3^a emissão em 25 de junho de 2019, da 4^a emissão em 19 de agosto de 2019, da 5^a emissão em 18 de setembro de 2019 e da 6^a emissão em 19 de outubro de 2019, Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
27.04.2015	27.04.2019	CDI + 1,50% a.a.	50.000	18.063	50.000	11.777
27.05.2015	27.04.2019	CDI + 1,50% a.a.	30.002	10.424	30.002	6.695
25.06.2015	25.06.2019	CDI + 1,50% a.a.	37.000	12.361	37.000	7.814
03.07.2015	25.06.2019	CDI + 1,50% a.a.	43.000	14.188	43.000	8.927
07.07.2015	27.04.2019	CDI + 1,50% a.a.	20.000	6.584	20.000	4.129
19.08.2015	19.08.2019	CDI + 1,50% a.a.	20.000	6.159	20.000	3.755
18.09.2015	18.09.2019	CDI + 1,50% a.a.	40.000	11.753	40.000	7.005
19.10.2015	19.10.2019	CDI + 1,50% a.a.	15.000	4.209	15.000	2.448
			<u>255.002</u>	<u>83.741</u>	<u>255.002</u>	<u>52.550</u>

- d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, no mês de dezembro de 2017 a Sociedade quitou parcialmente as referidas obrigações com sua controladora mediante a emissão de 86.880.973 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal as quais foram totalmente integralizadas na mesma data, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
29.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	4.000	4.746	4.000	4.847
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	7.000	8.447
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	17.000	20.252
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	7.000	8.289
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	22.000	25.705
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	7.000	8.137
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	24.000	27.661
07.07.2014	01.12.2019	CDI + 1,4% a.a.	10.000	4.680	10.000	3.383
			<u>14.000</u>	<u>9.426</u>	<u>98.000</u>	<u>106.721</u>

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$2.536 (R\$7.739 em 31 de dezembro de 2016), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade reconheceu o montante de R\$983 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$899 relativo ao rateio da “Holding”, que totaliza R\$1.882 (R\$1.949 em 31 de dezembro de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.894 e R\$2.681.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

Notas Explicativas

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2017</u>
Cíveis	709	2.749	(436)	(1.578)	1.444
Trabalhistas	1.088	3.463	(441)	(1.799)	2.311
Regulatórias (*)	3.888	623	-	-	4.511
Total	<u>5.685</u>	<u>6.835</u>	<u>(877)</u>	<u>(3.377)</u>	<u>8.266</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2016</u>
Cíveis	433	2.407	(775)	(1.356)	709
Trabalhistas	882	1.356	(45)	(1.105)	1.088
Regulatórias (*)	-	3.888	-	-	3.888
Total	<u>1.315</u>	<u>7.651</u>	<u>(820)</u>	<u>(2.461)</u>	<u>5.685</u>

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$4.511 (R\$3.888 em 31 de dezembro de 2016). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$12.863 (R\$7.738 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$2.730 em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.106 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$72 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1 em 31 de dezembro de 2016) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para

Notas Explicativas

as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	1.399	26.961	57.452
Adições/Reversões	-	-	21.568
Utilizações	-	(32.709)	-
Ajuste a valor presente	-	-	5.121
Transferências	-	26.108	(26.108)
Saldo em 31.12.2017	1.399	20.360	58.033

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	9.529	-	63.280
Adições/Reversões	(6.182)	-	16.699
Ajuste a valor presente	(1.948)	-	4.434
Transferências	-	26.961	(26.961)
Saldos em 31.12.2016	1.399	26.961	57.452

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$23.745 (em 31 de dezembro de 2016 não haviam realizações).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.420.785 (R\$861.785 em 31 de dezembro de 2016), compostos por 657.300.291 ações ordinárias e sem valor nominal (417.769.959 em 31 de dezembro de 2016), integralizadas pelo valor de R\$1.376.285

Notas Explicativas

(R\$787.785 em 31 de dezembro de 2016) que representam 638.523.920 ações (383.936.626 em 31 de dezembro de 2016).

<u>Data da integralização</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Forma da integralização</u>	<u>Quantidade de ações emitidas</u>	<u>Valor Subscrito</u>	<u>Valor Integralizado</u>
20.07.2016 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	74.000
20.02.2017	AGE	Dinheiro	21.385.800	50.000	50.000
18.04.2017	AGE	Dinheiro	31.653.478	76.000	76.000
05.06.2017	AGE	Dinheiro	23.660.714	53.000	53.000
20.07.2017(**)	AGE	Dinheiro	75.949.367	180.000	135.500
15.12.2017 (***)	AGE	Mútuo	86.880.973	200.000	200.000
			<u>239.530.332</u>	<u>559.000</u>	<u>588.500</u>

(*) No decorrer de 2017 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 20 de julho de 2016 no montante de R\$74.000.

(**) Em 20 de julho de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$180.000, mediante a emissão de 75.949.367 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$135.500 em dinheiro até 31 de dezembro de 2017, e o valor restante de R\$44.500 será integralizado em até seis meses a partir da data da aprovação.

(***) Em 20 de dezembro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$200.000, mediante a emissão de 86.880.973 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados mediante a capitalização dos créditos que a controladora Arteris S.A. detém na sociedade em razão dos contratos mútuos celebrados.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

	<u>31.12.2017</u>
Lucro líquido do exercício	12.850
Reserva legal de 5%	<u>(643)</u>
Base de cálculo	12.208
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>
Total	<u><u>3.052</u></u>
Dividendos propostos	<u>3.052</u>
	<u><u>3.052</u></u>
Número de ações durante o exercício	509.937
Dividendos por ação proposto	<u>0,006</u>
Dividendo por ação	<u><u>0,006</u></u>

Em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2018 pelo Conselho de Administração, foram apresentadas as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estes serão submetidos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita de serviços prestados	398.551	317.348
Receita de serviços de construção	403.991	418.532
Outras receitas	5.744	6.148
	<u>808.286</u>	<u>742.028</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita bruta	808.286	742.028
ISSQN	(20.136)	(16.093)
PIS	(2.690)	(2.189)
COFINS	(12.412)	(10.102)
Outras deduções	<u>(862)</u>	<u>(1.128)</u>
Receita líquida	<u><u>772.186</u></u>	<u><u>712.516</u></u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas:		
Com pessoal	(12.221)	(10.607)
Serviços de terceiros	(3.528)	(3.035)
Manutenção de bens e conservação	(1.485)	(1.099)
Depreciação / Amortização	(449)	(513)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(5.958)	(6.831)
Comunicação e marketing	(1.600)	(1.384)
Seguros/Garantias	(49)	(23)
Consumo	(1.397)	(1.308)
Transportes	(732)	(595)
Outros	(1.560)	(1.424)
Total	<u>(28.979)</u>	<u>(26.819)</u>

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(403.991)	(418.532)
Com pessoal	(21.478)	(19.922)
Serviços de terceiros	(36.952)	(35.122)
Conservação	(18.532)	(16.315)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(2.678)	(2.594)
Consumo	(3.057)	(3.147)
Transportes	(4.320)	(3.993)
Verba de fiscalização	(15.052)	(14.074)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.459)	(1.387)
Seguros / Garantias	(4.239)	(3.876)
Provisão de manutenção em rodovias	(21.568)	(16.699)
Depreciação / Amortização	(116.971)	(83.900)
Outros	(3.020)	(1.623)
Total	<u>(653.317)</u>	<u>(621.184)</u>

Notas Explicativas**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	4.855	6.716
Outras receitas	212	1.389
Total	<u>5.067</u>	<u>8.105</u>
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(67.568)	(74.188)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(5.033)	(1.833)
Outras despesas	(1.285)	(1.395)
Total	<u>(73.886)</u>	<u>(77.416)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa, está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	36.985	82.835
Integralização de capital – mútuos	200.000	-
Juros capitalizados	64.465	78.992
Dividendos propostos e não pagos	3.052	-
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(91.849)	(42.627)

22. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro diluído por ação:

Notas Explicativas

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	12.850	(3.288)
Número de ações durante exercício	<u>509.937</u>	<u>307.166</u>
Lucro (Prejuízo) por ação	<u>0,0252</u>	<u>(0,0107)</u>

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo diluído do lucro (prejuízo) por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

	Nível	31.12.2017			31.12.2016		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	-	16.197	-	-	17.981	-
Partes relacionadas	Nível2	47	-	-	-	-	-
Contas a receber clientes	Nível2	25.878	-	-	23.190	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível2	-	37.870	-	-	37.630	-
Outras contas a receber	Nível2	182	-	-	126	-	-
Fornecedores e cauções	Nível2	-	-	45.074	-	-	56.774
Fornecedores - Risco sacado	Nível2	-	-	11.220	-	-	4.250
Empréstimos e financiamentos	Nível2	-	-	776.794	-	-	853.846
Partes relacionadas	Nível2	-	-	363.346	-	-	514.513
Taxa de fiscalização	Nível2	-	-	1.257	-	-	1.180
Outras contas a pagar	Nível2	-	-	805	-	-	2.238
		<u>26.107</u>	<u>54.067</u>	<u>1.198.496</u>	<u>23.316</u>	<u>55.611</u>	<u>1.432.801</u>

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão de a TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é predeterminada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - Empréstimos (*)	(25.352)	(31.690)	(38.028)
Receita de aplicações financeiras	889	1.112	1.334
Juros a incorrer líquido(*)	(24.463)	(30.578)	(36.694)
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(54.376)	(67.970)	(81.563)
Juros a incorrer líquido(*)	(54.376)	(67.970)	(81.563)
Juros a incorrer (*)	<u>(78.839)</u>	<u>(98.548)</u>	<u>(118.257)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$19.799 (R\$14.959 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar, Autoexpresso e Movemais, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui

Notas Explicativas

os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2018	2019	2020	2021	A partir de 2022	Total
BNDES Automático	9,71%	152.390	154.577	156.800	159.051	425.408	1.048.226
Risco sacado	17,18%	11.220	-	-	-	-	11.220
Fornecedores e cauções	-	45.074	-	-	-	-	45.074
Outras contas a pagar	-	805	14.777	-	-	-	15.582
Partes relacionadas	16,33%	-	403.816	-	-	-	403.816
Fornecedores partes relacionadas	-	1.177	-	-	-	-	1.177
		<u>210.666</u>	<u>573.170</u>	<u>156.800</u>	<u>159.051</u>	<u>425.408</u>	<u>1.525.095</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	01/01 a 31/03/2018	01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	Total
BNDES Automático	9,71%	37.895	38.029	38.165	38.301	152.390
Risco sacado	17,18%	11.220	-	-	-	11.220
Fornecedores e cauções	-	45.074	-	-	-	45.074
Outras contas a pagar	-	805	-	-	-	805
Fornecedores partes relacionadas	-	1.177	-	-	-	1.177
		<u>96.171</u>	<u>38.029</u>	<u>38.165</u>	<u>38.301</u>	<u>210.666</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Notas Explicativas

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	176.119

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é de R\$5.123.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo a relação das integralizações de capital ocorridas na Sociedade.

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
22.01.2018	AGE	14.000
05.02.2018	AGE	10.000
20.02.2018	AGE	7.000
		<u>31.000</u>

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Régis Bittencourt S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do ativo intangível ao seu valor recuperável

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e obras realizadas nas rodovias e representa 97% do total do ativo. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Sociedade, que realiza obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas, para avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Sociedade, em especial àquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa 2 “Concessões” que evidencia a natureza da concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos, e na nota explicativa 10 “Intangível”, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de fevereiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Registro, 20 de Fevereiro de 2018.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico e Financeiro / Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Nelson Segnini Bossolan

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos auditores da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Registro, 20 de Fevereiro de 2018.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico e Financeiro / Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Nelson Segnini Bossolan

Diretor Superintendente